

ECONOMIA

ALÉM DA NOTÍCIA

A hora da decisão

As negociações, delicadas, que atualmente se desenvolvem entre o Brasil, de um lado, seus credores e o FMI, de outro, parecem aproximar-se de um momento de decisões de relevância, que alcançarão não apenas a orientação que o Governo brasileiro vem imprimindo durante as conversações, como, provavelmente, o próprio comportamento padrão do Fundo, em seu relacionamento com os países por ele assistidos.

Que praticamente chegamos ao fundo do poço, em matéria de iliquidez de curto prazo, parece não haver dúvidas: estamos com nossos pagamentos internacionais em atraso, inclusive juros; outros compromissos vencidos e prorrogados, como o empréstimo junto ao BIS - Banco para Compensações Internacionais - também não podem ser pagos e praticamente há quatro meses não entra um centavo de dólar no País, paralisando-se virtualmente o fluxo de recursos externos pelo prazo mais longo de nossa história.

Enquanto esse quadro sombrio toma forma, missões de banqueiros e de funcionários do Fundo Monetário tentam impor ao Governo um programa de ajustamento cujo custo social é incompatível com a política de abertura política posta em prática pelo presidente Figueiredo, e com a capacidade governamental de conter os inevitáveis reflexos sociais de novo arrocho nos assalariados, sem novo endurecimento do regime, até agora firmemente repudiado.

Se o Brasil não pode cumprir o programa imposto pelo Fundo - e uma pálida idéia é a versão divulgada na semana passada, de um relatório preparado pelo Departamento do Hemisfério Ocidental para orientação de Wiesner e seu grupo - deve partir imediatamente para a negociação política, como, aparentemente, o Ministro do Planejamento está tentando, antes de se decidir pela decretação de uma moratória unilateral, no estilo polonês, com todos os riscos daí decorrentes.

Na semana passada, a divulgação de especulações sobre um "default" brasileiro causou natural alvoroço nos mercados internacionais, com a imediata queda dos preços dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil, especialmente a soja, e a subida dos preços do ouro. O mercado reagiu, como devia, à suposição de que o maior devedor do mundo, em que hoje nos transformamos, teria se declarado formalmente a incapacidade de honrar compromissos assumidos.

Evidentemente, é importante esgotar todas as possibilidades de entendimento, e se houver, da parte da equipe técnica do Fundo, uma maior dose de flexibilidade, poderemos até mesmo reformular o acordo de 6 de janeiro, tornando-o exequível, reabrindo as portas à negociação de um programa de financiamento de nossos pagamentos internacionais nos próximos três anos, com os banqueiros nossos credores. Mas se isso se tornar inviável, devemos estar preparados para o passo mais grave e inevitável.